RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DESDE A PRIMEIRA INFÂNCIA

Ígor Ferreira Dantas
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitoria da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-5564-8493
Endereço eletrônico: igorcl925@gmail.com

Daniele Morais Pereira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitoria da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-7088-826X
Endereço eletrônico: danielemoraispereira87@gmail.com

Claudinor Alves da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitoria da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9329-0523
Endereço eletrônico: claudionor.silva@uesb.edu.br

Palavras-chave: Educação infantil; Educação antirracista; Relações étnico-raciais; Diversidade; Identidade.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha papel fundamental na formação integral das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais. É nesse período que as crianças começam a construir percepções sobre si mesmas, sobre o outro e sobre as diferenças presentes na sociedade. Dessa forma, torna-se essencial que a escola promova práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade, ao respeito às diferenças e ao enfrentamento das desigualdades raciais historicamente presentes na sociedade brasileira.

O racismo é um fenômeno estrutural que produz impactos significativos na vida da população negra, manifestando-se em diferentes espaços sociais, inclusive nas instituições educacionais. No contexto escolar, essas desigualdades podem aparecer por meio do silenciamento de histórias, culturas e identidades negras, da reprodução de estereótipos e da ausência de materiais pedagógicos que representam positivamente a diversidade étnico-racial. Por isso, a educação antirracista deve ser compreendida como uma prática necessária desde os primeiros anos de escolarização.

Nessa lógica, a promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um importante marco para a educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda a Educação Básica. A legislação busca promover o reconhecimento das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira, além de combater práticas discriminatórias historicamente reproduzidas no ambiente escolar (BRASIL, 2003).

A implementação dessa política educacional, entretanto, ainda enfrenta obstáculos no cotidiano das instituições de ensino. Entre os principais desafios, destacam-se a formação docente insuficiente, a abordagem superficial da temática racial no currículo e a dificuldade de incorporar práticas pedagógicas antirracistas de forma permanente. A educação das relações étnico-raciais precisa ultrapassar o cumprimento formal da legislação, constituindo-se como

uma ação contínua de valorização da diversidade, reconhecimento das identidades negras e enfrentamento do racismo (GOMES, 2017).

A construção de uma educação antirracista exige a problematização de práticas e discursos que silenciam experiências negras e reforçam visões eurocêntricas do conhecimento. Nesse sentido, torna-se necessário desenvolver propostas educativas que estimulem reflexões críticas sobre raça, racismo e desigualdades sociais desde a infância, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes e comprometidos com a justiça social (SOUZA, 2023).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo discutir a importância da educação antirracista na Educação Infantil, analisando seus desafios e suas contribuições para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e comprometidas com a equidade racial.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A investigação foi realizada por meio da análise de produções acadêmicas que discutem as relações étnico-raciais na Educação Infantil e a implementação de práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar.

Para a construção do estudo foram utilizados como referenciais teóricos a Lei nº 10.639/2003, os estudos de Gomes (2017) sobre educação das relações étnico-raciais e o artigo de Souza (2023), que aborda a importância da educação antirracista na Educação Infantil. Também foram considerados documentos e pesquisas que discutem o papel da escola na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade cultural.

A análise dos materiais buscou compreender os desafios existentes para a efetivação da educação antirracista e identificar possibilidades pedagógicas que favoreçam a construção de ambientes escolares mais inclusivos e democráticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam que as percepções sobre raça e diferenças sociais começam a ser construídas ainda na infância. Nesse sentido, compreendemos que a Educação Infantil possui papel importante na formação das identidades e nas relações estabelecidas entre

as crianças. A escola, portanto, não é neutra diante das relações étnico-raciais, pois suas práticas, materiais e interações podem contribuir tanto para a valorização da diversidade quanto para a reprodução de preconceitos.

Apesar dos avanços da Lei nº 10.639/2003, os estudos apontam dificuldades em sua efetivação, especialmente quando a temática racial é trabalhada apenas em datas comemorativas ou projetos pontuais. Em diálogo com Gomes (2017), compreendemos que a educação das relações étnico-raciais deve constituir uma ação permanente, voltada à valorização das diferenças e ao enfrentamento de preconceitos. Assim, a existência da legislação, embora fundamental, precisa estar acompanhada de práticas pedagógicas que promovam efetivamente a equidade racial. Souza (2023) reforça que a educação antirracista ultrapassa a valorização da diversidade cultural, envolvendo também o enfrentamento das desigualdades raciais. A partir dessa perspectiva, identificamos a importância da formação docente e da utilização de materiais pedagógicos que representem positivamente a população negra. Livros, brinquedos e imagens podem contribuir para a construção da identidade das crianças e para o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da sociedade.

Dessa forma, a análise realizada demonstra que a construção de uma Educação Infantil antirracista depende da articulação entre legislação, formação docente, currículo e práticas pedagógicas. Em relação ao objetivo proposto, compreendemos que desenvolver ações antirracistas desde a infância contribui para o fortalecimento das identidades, para a valorização das diferenças e para o enfrentamento das desigualdades raciais. Portanto, essa perspectiva deve estar presente de forma contínua no cotidiano escolar, e não apenas em ações isoladas.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a educação antirracista constitui um elemento fundamental para a construção de uma Educação Infantil inclusiva e comprometida com a justiça social. A pesquisa demonstrou que as questões raciais estão presentes desde os primeiros anos de vida e que a escola possui papel essencial na formação das identidades infantis e na promoção de relações baseadas no respeito à diversidade.

Embora a Lei nº 10.639/2003 represente um importante avanço para a educação brasileira, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à organização curricular e à disponibilidade de materiais pedagógicos adequados. Nesse contexto, torna-se necessário fortalecer ações que promovam a valorização da cultura afro-brasileira, o reconhecimento das identidades negras e o enfrentamento das práticas discriminatórias presentes no cotidiano escolar.

A construção de uma educação antirracista exige compromisso permanente com a equidade racial e com a transformação das práticas pedagógicas. Na Educação Infantil, esse compromisso torna-se ainda mais relevante, pois contribui para que as crianças desenvolvam percepções positivas sobre si mesmas e sobre os outros, reconhecendo a diversidade como um valor essencial para a convivência social (GOMES, 2017; SOUZA, 2023).

Assim, a Educação Infantil pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos capazes de reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças étnico-raciais. Ao assumir uma postura pedagógica antirracista, a escola fortalece sua função social e participa da construção de uma sociedade mais democrática, igualitária e comprometida com a superação do racismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.** Brasília, DF, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco. A importância da educação antirracista na educação infantil: séries iniciais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 253-268, 2023.